

Setembro

Victor M Almeida

Porque é que a política se configura como algo tão abismal, tão difícil? Porque é que, mais do que aceitar que o destino aja como uma força invisível que nos guia dia após dia, devemos comunicar e procurar construir estruturas que se adaptem a nós (e não o contrário)?

Francisco, um jovem médico que iniciara recentemente a especialização, chegou de Paris. Deu por si sentado numa esplanada do Chiado, numa zona repleta de turistas. A hora de almoço aproximava-se e, talvez por isso, aumentava o número de transeuntes à procura do lugar certo para o repasto.

Ouvia dizer com insistência que o país era um paraíso para os estrangeiros e que estes, por razões variadas, decidiam viver aqui com relativa frequência. Por contraponto, sabia que, para muitos portugueses, que se debatiam contra a asfixia provocada pelos baixos rendimentos do trabalho e por impostos difíceis de suportar, viver na lusa pátria era pouco aliciante. A acrescentar a isso, havia os jovens como ele que, paradoxalmente, eram aconselhados pela ladainha política a emigrar com o argumento de que o país não tinha futuro.

Francisco lera algures que Portugal estava posicionado em primeiro lugar no *ranking* dos países com melhor qualidade de vida. Ironizava com este facto, sobretudo quando se apercebeu que este indicador era aferido através (do número de) dos estrangeiros que visitavam o país. Opostamente, relativamente à medição do grau de satisfação dos cidadãos nacionais, o resultado estava longe de se equiparar. Esta dualidade preocupava-o há algum tempo.

Acabara de folhear um pequeno livro do ensaísta britânico David Runciman, onde pôde ler que a política é determinante para a situação de qualquer país e expressa-se nas diferenças existentes entre estes. Runciman lançara-lhe um desafio que consistia em perceber a simplicidade e a complexidade das conjunturas políticas de alguns países, de que são exemplo a Dinamarca e a Síria que se encontram em polos opostos. Notava o teórico que a simplicidade resulta quando as escolhas são moldadas por arquétipos de paz e de igualdade e a complexidade quando as decisões estão sujeitas a interferências culturais e ideológicas divergentes, na convicção de que a natureza das instituições varia de acordo com a sua relação com a democracia. Referia-se a países onde a arquitetura das instituições assenta

na representação e decisão democráticas em contraste com outros onde as instituições representam grupos ou fações de poder de legitimação dúbia.

O papel da cidadania despertava em Francisco uma inquietação antiga, pelo menos desde o movimento “We’re citizens, not subjects” que apelava a uma maior participação dos cidadãos nas decisões políticas. Informação e transparência eram aí as palavras de ordem. A atividade política partidária parecia-lhe em recessão e a sua perplexidade aumentava perante a fraca adesão popular às eleições e ao que estava a acontecer em Espanha com os partidos do arco governativo a não se entenderem sobre o que fazer com os resultados eleitorais. Este marasmo contrasta com a crescente vivacidade das redes sociais onde qualquer pessoa pode expressar opiniões e até congregar simpatizantes com interesses comuns. Em todo o caso, Francisco continuava a acreditar no papel dos partidos políticos enquanto representativos de grupos mais ou menos expressivos de pessoas que, de modo consciente, aderiam a um conjunto de dogmas que lhes possibilitam demarcar-se de outros interesses de legitimidade duvidosa.

O café que o empregado lhe servira, havia já uma meia hora, acabou por ser bebido com redobrado prazer. Afinal, os cafés expresso de Paris tinham sido uma desilusão! Deambulando por estas recordações mundanas, é trazido à realidade por António que lhe toca vigorosamente nas costas. Companheiro de cinefilias e de debates que acabavam quase sempre num desencontro de opiniões, este antigo colega do secundário é hoje um conhecido *blogger* e ativista político. Francisco, na expectativa de restaurar as velhas tertúlias, sempre intensas, e que hoje deram lugar a conversas onde a circunstância da falta de tempo é o principal assunto em debate, convidou-o a sentar-se para que pudessem conversar como noutros tempos. A publicação do último disco de Nick Cave, *Skeleton Tree*, e a exibição do último filme de Ivo M. Ferreira, *Cartas da Guerra*, foram os assuntos com que ambos iniciaram o parlatório logo após o cumprimento da praxe.

António — Então, já viste o *Cartas da Guerra*?

Francisco — Vi no sábado, numa sessão no Ideal comentada por Carlos Matos Gomes. Uma versão bastante fiel às ‘cartas’ de António Lobo Antunes. Não estava à espera. Surpreendente!

António — Sim, as cartas transmitem uma resignação e um desespero que o realizador e o diretor de fotografia (João Ribeiro) souberam traduzir de forma eficaz. Gostava de saber qual a opinião do escritor sabendo, no entanto, que este se manteve à margem do processo. Mas, afinal, quem é esse Matos Gomes de quem nunca ouvi falar?

Francisco — É um coronel que participou na guerra colonial e, como outros militares, tem a convicção de que estes

são portadores da melhor leitura histórica do fenómeno. Tem-se mostrado bastante crítico sobre o modo como Lobo Antunes e outros militares interpretam a participação na guerra em Angola, Moçambique e Guiné. Investigou o acordo secreto entre Portugal, a África do Sul e a ex-Rodésia (ALCORA) para a manutenção do *status quo* político na zona (início da década de 1970) e para a derrota dos movimentos de libertação.

António — Na época, seria um acordo entre Pieter Botha (então ministro da Defesa da África do Sul) e os representantes militares de Portugal e da Rodésia.

Francisco — Mas nunca se entendeu porque Botha, na opinião de Matos Gomes, começou a aperceber-se que teria melhor controle da zona se negociasse com os movimentos independentistas. Ter-se-á convencido que Portugal perdera a guerra e já não pertencia àquela realidade africana.

António — Não vejo a coisa desse prisma! Eu cá considero que o filme não expõe essa visão política, até porque a história se passa no início da guerra. Contudo, sente-se claramente que os militares brancos também não pertencem àquela geografia. Estamos perante uma obra de ficção que deverá ser entendida como um filme sobre a guerra e não um filme de guerra.

Empregado — (dirigindo-se a António) Desculpe, deseja alguma coisa?

António — Pode trazer-me uma imperial, se faz favor. E para ti?

Francisco — O mesmo. Referiste há pouco que Lobo Antunes se terá mantido arredado do processo de construção do filme. Há quase sempre uma espécie de fronteira ficcional demasiado marcada entre o género literário e o cinematográfico que os torna quase incompatíveis. Pelo menos aos olhos de quem lê o livro e de quem vê o filme. Quase sempre o primeiro é insuperável pelo segundo. Mas, neste caso, parece-me que houve um encontro de géneros de modo que o filme expande e configura a narrativa literária. O desafio do realizador acabou por não ser tanto o de lutar pela independência formal do filme, pormenor essencial em muitos realizadores, mas mostrar que a visualidade das cartas confere sentido àquele tempo moribundo do relato das missivas. Falando de sentimentos, ouviste o último álbum de Nick Cave?

António — Ainda sobre o filme, há um tempo arrastado que a leitura das cartas acentua. Despertou-me curiosidade a locução (num registo sublime da Margarida Vila-Nova) do texto de uma carta onde Lobo Antunes justifica o trabalho de escrita com a constatação de que não pode viver sem uma consciência política.¹ Quanto a Cave só ouvi a canção "I Need You" e não surpreende. Ao contrário de Lobo Antunes, após a sua tragédia pessoal é o tempo de rasurar os sentimentos. Lembro-me que fui ouvir o LP "Desert Music", de Steve Reich, porque senti que me tinha mandado para um deserto...

1 Na carta de 15.05.71: "Começo a compreender que não se pode viver sem uma consciência política da vida: a minha estadia aqui tem-me aberto os olhos para muita coisa que se não pode dizer por carta. Isto é terrível — é trágico". António Lobo Antunes (2005), *Curtas da Guerra*, Lisboa: Dom Quixote.

2

Malcom Gladwell (2010), "SMALL CHANGE: Why the revolution will not be tweeted" in *The New Yorker* (4.10.2010), www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell

Francisco — É interessante acompanhar o trabalho de Cave, nomeadamente os poemas, e constatar que se vivem tempos de resignação, de adormecimento. As notícias dos atentados, das guerras, das catástrofes humanitárias passam por nós sem deixarem marcas, como se estivéssemos preparados para as receber. Vive-se um tempo de antecipação em que o medo e a sua percepção são os principais estímulos.

António — E se olhares para o que está a acontecer na Síria, verificas que a comunidade internacional está atónita, sem saber o que fazer. Apesar do enorme esforço das organizações de ajuda humanitária que, finalmente, estão a conseguir entrar no território.

Francisco — Claro! Já acontecera o mesmo com a chacina no Congo (República Democrática do Congo) em resultado de uma guerra civil de mais de duas décadas. Os problemas neste país africano vêm do século XIX e persistem sem que a comunidade internacional se interesse por eles. Há uma agenda política internacional orientada pela contenda Rússia vs. EUA, herdeira da Guerra Fria, que não abandona o imaginário.

António — Não sei se isso não nos é imposto pelos *media* em busca de atenção. Verifico que algumas pessoas estão a mexer-se no sentido de retirar o tapete aos habituais protagonistas políticos. Há uma descrença na retórica dos políticos e dos analistas que, na maioria dos casos, servem de reverberadores mediáticos dos primeiros.

Francisco — Precisamos de uma prática política generalizada e não confinada às elites como acontece desde a Grécia Antiga. Para Sócrates, que depois influencia o pensamento de Platão e de Aristóteles, a política era uma missão nobre apenas para aqueles que detinham o saber da retórica. Hannah Arendt explica que Aristóteles preconizava uma unidade cívica assente no respeito pela pluralidade humana como condição da ação política. Tal era necessário para o debate analítico sobre as decisões tomadas ao mais alto nível. Apesar deste pensamento continuar a ter influência, os tempos que correm são de indefinição e descrença generalizada dos cidadãos para com os políticos profissionais; as redes sociais têm tido um papel relevante nesta matéria. Não achas?

António — Sem dúvida! Mas o assunto é complexo porque apesar da existência de uma prática política na rede, e desta ter cada vez mais seguidores junto de um público insatisfeito com os seus representantes políticos, o seu impacto social não resulta na alteração rápida das situações que estão na origem dos protestos e alertas.

Francisco — E o caso do Twitter e da Primavera Árabe?

António — É um bom exemplo de perversidade: serviu de consciencialização e coletivização populares, mas faltou-lhe uma projeção política adequada. Quando Malcolm Gladwell escreveu que a "revolução não se fará através do Twitter"²

referia-se à ausência de conhecimento específico sobre as instituições e os seus mecanismos de funcionamento por parte dos novos atores políticos. No fundo, o que se passa é que aos movimentos sociais, como os da Primavera Árabe, na deslocação das redes sociais para a rua, lhes falta a organização e os jogos de influência dos partidos e dos sindicatos. No entanto, como afirma Daniel Innerarity³, são importantes para pressionar os políticos profissionais e, em alguns casos, para os destituir através do recurso à violência.

Francisco — Prefiro olhar para o fenómeno político associado às redes sociais como algo de trágico, onde não há nada a ganhar e quase tudo a perder, ideia que Houellebecq associou ao amor.⁴ Sabemos que já não estamos na deriva revolucionária na qual o herói se definia inicialmente na ruptura familiar e que, depois, alastrava às estruturas da sociedade entendidas como nefastas e propiciadoras do seu desencantamento. Essa construção do herói romântico tornou-se comum, por via da vontade de celebridade e de universalidade. Hoje o que resta de diferente é uma percepção do mundo onde a política não tem o mesmo protagonismo porque as pessoas não acreditam nos políticos; atribuem-lhes uma culpa universal. Para Houellebecq, não existe um *hors-champ*, mas um *champ* cuja particularidade consegue representar o mundo.

António — O problema está nessa representação do mundo que, no âmbito político, ainda permanece conservadora. Innerarity é da opinião de que terá de haver um sistema político horizontal, sem as coordenadas hierárquicas e dinásticas do poder político. Numa entrevista recente ao jornal *Público*, o pensador basco considerava que, na sociedade atual, os problemas surgiam não pelo facto de o poder político ser demasiado forte, mas por ser demasiado fraco, ou seja, as hierarquias já não funcionam. Para ele, a noção de horizontalidade aplica-se a toda a sociedade, nomeadamente aos canais de decisão por via da complexidade dos assuntos.

Francisco — É a política do diálogo.

António — E de uma negociação sem as velhas hierarquias. Uma das conquistas da sociedade moderna, desde o século XVIII, foi lentamente ter começado a desaparecer a postura do rei (e da rainha) inatingível, o soberano. No filme *Elizabeth*, de Shekhar Kapur, a protagonista (Cate Blanchet), interpretando o papel da monarca inglesa que viveu até ao início do século XVII (morreu em 1603), virando-se para um visitante também real explica que, tal como ela, deveria criar uma parede de cristal que o separasse dos outros autorizando, desse modo, que o vissem sem ser tocado.

Francisco — Ainda se assiste a essa separação em alguns países...

António — Sim, mas são casos isolados e preocupantes. Todavia, alguns países com sistemas monárquicos souberam

horizontalizar-se. Alguns monarcas têm a sua popularidade em alta pelo facto de estarem mais próximos dos cidadãos do que os representantes políticos. Vê o caso de Espanha onde os políticos e os tecnocratas não sabem o que fazer para alterar o rumo dos acontecimentos.

Francisco — E os cidadãos também não. Talvez por isso se apeguem ao monarca.

António — Tens razão. Vive-se numa total incompreensão do que se está a passar em todos os domínios da vida pública. Os cidadãos não são devidamente informados pelos políticos talvez porque estes também não saibam explicar o que se passa. Escrevia há dias um jornalista a propósito da política nacional que *a confusão está lançada. Até porque ninguém sabe do que se está a falar.*

Francisco — É a geografia ideal para o aparecimento do populismo, seja de direita ou de esquerda. Associa-se o fenómeno a um empobrecimento das capacidades dos políticos que convertem o interesse público em agenda pessoal. Verifica-se também que, no debate político, não existe uma separação entre a mensagem pública, funcionando muitas vezes como *sound bite*, e a ação/implementação. Lançam-se ideias sem se aferir a operacionalidade e as consequências. Daqui pensar-se que a alguns políticos lhes falta capacidade cognitiva e, como diz Innerarity, habilidade para utilizarem um ritmo moderado consentâneo com a reflexão e o diálogo.

António — Porque é que a política se configura como algo tão abismal, tão difícil?

Francisco — Talvez haja aí uma predisposição do indivíduo para a tragédia e para o pessimismo. Mas os tempos são de outra ordem e há que aprender a viver e a lutar numa sociedade que está a perder a verticalidade determinada pela hierarquia e pela moral. O rebatimento dessas estruturas não tem sido fácil. Por exemplo, ouve-se dizer com frequência que as redes sociais são estruturas horizontais no que respeita ao acesso e à partilha de dados. Não é bem assim, porque além de existirem infoexcluídos e internautas menos assíduos, as bases de dados servem interesses institucionais e privados de enorme impacto social, político e económico.

António — Como se fosse uma força invisível! Essa é a minha luta diária por construir estruturas que critiquem as circunstâncias políticas da sociedade pondo a nu esses abusos de autoridade e de poder. Para tal, refuto um conjunto de dogmas herdados do pensamento único e construo um jogo de argumentações e contra-argumentações. Em vez da assertividade, procuro a combatividade sob a forma de palavras e conceitos.

Francisco — Podemos ir almoçar?

Antônio não respondeu de imediato porque acabara de receber uma mensagem de um seu amigo deputado a solicitar um encontro urgente. A mensagem não indicava o assunto, mas Antônio antevia que era uma consequência da atitude de uma colega de partido que avançara para os media com ideias mal debatidas internamente. Este tipo de política, que Jürgen Habermas⁵ designou de “espectáculo de aclamação”, serve-se do combate em detrimento do diálogo e busca a aprovação do público. O que haverá a fazer, neste caso e em muitos outros, é explicar claramente as vantagens e as desvantagens das propostas, sem batalhas mediáticas e, sobretudo, investir na alteração dos procedimentos dos políticos profissionais que teimam em considerar o público um corpo limitado em matéria cognitiva. Assim, talvez mudássemos o mundo.